

Administração desestruturada dificulta governo

LIANA MELO

A herança que Itamar Franco vai receber de Collor é insuficiente. Se insistir na proposta de aumentar a arrecadação, através da reforma fiscal, vai se deparar com uma Receita Federal dilapidada. Se quiser controlar os preços, vai esbarrar com uma estrutura do IBGE numa situação pré-falimentar.

O presidente admitiu esta debilidade da atual estrutura administrativa do governo. Apesar disso, o ajuste fiscal terá que ser aprovado urgentemente. O objetivo de Itamar Franco é aumentar a arrecadação pelo combate sistemático à sonegação. Quanto à reforma fiscal, ele acha que sua aprovação pode vir no bojo da revisão constitucional de 1993.

Administração — Mas como viabilizar as idéias de Itamar Franco de aumentar a arrecadação via combate à sonegação, se a Receita Federal está fragilizada e totalmente despreparada? O órgão está operando com apenas 5.500 auditores contra os 12.300 fiscais contratados nos anos 60. O ex-secretário da Receita, hoje deputado federal Francisco Dornelles (PFL-RJ), está convencido de que não é possível atribuir a queda de arrecadação apenas à recessão. “O que o governo preci-

sa entender é que a boa administração tributária é o suporte para garantir o recebimento dos tributos concedidos”, disse ele.

Aproveitando o momento de transição, a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional (Sindifisco), Maria Izabel Mota de Almeida, deu uma estocada na antiga equipe econômica. “O governo usava um discurso de modernidade, mas implementava uma política para a Receita Federal completamente ultrapassada.”

A verdadeira modernidade, na opinião de Maria Izabel, seria dar autonomia à Receita Federal. Impensado por todos os lados, Itamar Franco e sua equipe ainda têm pela frente um IBGE à beira da falência. Seu orçamento para o segundo semestre sofreu um corte de 70% e o antigo presidente cansou de afirmar, durante sua gestão, que só a reforma fiscal salvaria o órgão.

Fiscalização — Se não bastasse o imbróglio, Itamar Franco tem pela frente uma inflação que não sai da casa dos 20%. O ex-coordenador do Conselho Interministerial de Preços, Luiz Roberto Cunha, está convencido de que a volta do controle de preços não é a melhor saída. Ele propõe maior fiscalização dos custos das empresas.

Os primeiros passos neste sentido começaram a ser dados ainda pelo ex-ministro da Marcílio Marques Moreira, que preferiu recuar pressionado pelos empresários. Roberto Cunha concorda que o momento não era oportuno, já que a distribuição dos questionários para se traçar uma radiografia das empresas começaria ao mesmo tempo.

João Cerqueria — 24/10/84



Dornelles: boa administração é o suporte para garantir o recebimento dos tributos